

# Acrobacias indevidas causaram queda de ultraleve em Leiria

Acidente, que aconteceu em junho do ano passado, provocou a morte aos dois pilotos, de 43 e 67 anos



**GPIAAF aponta “excesso de confiança” do piloto como principal causa do acidente**

**Francisco Pedro**  
locais@jn.pt

**SINISTRO** O excesso de confiança e a prática de acrobacias indevidas, para as quais os pilotos não estavam habilitados, terão estado na origem da queda do ultraleve no Aeródromo José Ferrinho, em Leiria, em junho do ano passado, concluíram os investigadores do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPIAAF). Na sequência do acidente, a aeronave incendiou-se e os dois pilotos morreram carbonizados.

O voo tinha como objetivo mostrar o ultraleve a Nelson Machado, de 43 anos, que estava interessado em comprá-lo, para que nesse mesmo dia se procedesse à conclusão do negócio. Porém, segundo o relatório do GPIAAF, “o piloto que demonstrava a aeronave [Manuel Santiago, 67 anos] evidenciou um comportamento de excesso de confiança na repetida execução de manobras não

aprovadas para o modelo” de aeronave, e para as quais não estava habilitado. E terão sido essas acrobacias, “realizadas com atitudes de voo pronunciadas a baixa altitude, associadas à falta de treino e qualificação em voo acrobático do piloto instrutor”, os fatores-chave para o acidente.

Manuel Santiago tinha experiência na pilotagem de ultraleves e até de aeronaves ligeiras, mas pelos dados e testemunhos recolhidos pelos investigadores, apurou-se que já tinha estado “diretamente envolvido em diversos acidentes e incidentes no passado, evidenciando desrespeito pelas regras de segurança operacional e atitudes temerárias em voo”.

O acidente, recorde-se, ocorreu no dia 9 de junho de 2019, pouco depois das 15 horas. Após 45 minutos de voo, o ultraleve, modelo Bristell, fez uma passagem baixa pela pista, iniciou uma subida pronunciada, com volta ligeira à esquerda, e despenhou-se num pinhal próximo do aeródromo. ●

## AO PORMENOR

### Dados discrepantes

Os investigadores constatarem discrepâncias nas características físicas da aeronave acidentada, em relação aos dados fornecidos para obtenção da autorização de voo.

### Recomendação

O GPIAAF recomenda aos fabricantes de aeronaves que estudem em detalhe as características dos produtos, por forma a divulgar as limitações operacionais de forma clara.

### Lições a retirar

Como lições a retirar deste acidente, os investigadores destacam a oportunidade para os fabricantes e autoridades de certificação melhorarem o seu desempenho, e para os pilotos adotarem uma postura responsável.

## Miradouros mostram paisagem barrosã

Rede de observatórios concluída valoriza concelho de Boticas

**PATRIMÓNIO** Está concluída a rede de observatórios do Património Agrícola Mundial. O projeto de “Valorização do Património Paisagístico do Barroso” teve um investimento total elegível de 75 mil euros e uma participação FEADER de 37 mil euros, correspondente a uma taxa de cofinanciamento de 50% do custo total elegível da operação.

Os quatro miradouros estão situados nas localidades de Alturas do Barroso, Viveiro, Covas do Barroso e Beça (Miradouro de Seirraões), locais estratégicos com vistas privilegiadas sobre o vasto património natural existente no concelho de Boticas.

O projeto contemplou também a colocação de painéis informativos de entrada no território classificado como Património Agrícola Mundial, nos três principais acessos ao concelho (EN 103, na localidade de Sapeiros, na EN311, na Vila de Boticas, e na Estrada Municipal (EM) 312).

Segundo o presidente da Câmara, Fernando Queiroga, “sendo o Barroso o primeiro e único território a nível nacional classificado como Património Agrícola Mundial, é fundamental que se implementem medidas que deem a conhecer a vasta riqueza natural e paisagística deste território”. ● P.S.R.



**Pontos de observação já estão disponíveis**

## Governo paga a 100% retirada de amianto de escolas

Alterado prazo para lançamento dos concursos, sem necessidade de adjudicações de obra



**Ministro garante que haverá fundos comunitários**

**SAÚDE** O ministro da Educação garantiu ontem que o Estado financiará, através de fundos comunitários, a totalidade do programa nacional para a retirada de amianto das escolas, com uma verba prevista de 60 milhões de euros.

“Este é um financiamento que não tem contrapartida pública nacional por parte das autarquias”, disse Tiago Brandão Rodrigues em resposta às dúvidas levantadas por autarcas e partidos, após uma sessão, que decorreu em Gaia e durante a qual foram assinados protocolos com 20 dos 56 municípios da região Norte, que se comprometem a remover cerca de 250 mil metros quadrados de amianto num total de 237 escolas do pré-escolar, básico e secundário.

O Governo decidiu também alterar os prazos do programa, em resposta às críticas dos autarcas que o consideraram reduzido. “Os avisos referem que as candidaturas têm de ter adjudicações até 31 de outubro. Sei que era desejável e que todos vão fazer um esforço para que tal aconteça, mas sei que é difícil para todo o território. O que se pretende é que as autarquias tenham concursos lançados até 31 de outubro”, esclareceu o secretário de Estado adjunto e do Desenvolvimento Regional.

Carlos Miguel explicou

que “o preço afixado nos avisos é de referência para concurso”, garantindo que “todos estarão atentos à forma como reage o mercado”. “E na forma como reaja, também ajustaremos. Pretende-se que seja um bom negócio para todos: autarquias, ministérios, mas essencialmente para as pessoas. Chegámos aos valores dos 50 euros mais 10% para outras obras tendo em conta consultas ao mercado”, disse ainda. ● JOÃO QUEIROZ

## SAIBA MAIS

250 mil

### metros quadrados de amianto

Vão ser retirados cerca de 250 mil metros quadrados de amianto de 237 escolas da Região Norte, 131 das quais situam-se na Área Metropolitana do Porto, referiu Tiago Brandão Rodrigues.

500 mil

### metros quadrados em quatro anos

De acordo ainda com o governante, foram retirados cerca de 500 mil metros quadrados de amianto das escolas em todo o país nos últimos quatro anos.